

Falta de apoio no Congresso preocupa a equipe econômica

O GLOBO

15 JUL 1993

LÉA CRISTINA e CRISTINA ALVES

A equipe econômica está duplamente surpresa: do Congresso, esperava maior apoio para a consolidação das medidas em torno do ajuste fiscal; dos governadores, apostava numa menor disposição para negociar a rolagem da dívida dos estados. Os membros da equipe acham que os parlamentares parecem não querer entender o que o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, não se cansa de repetir: é indispensável a parceria entre Executivo e Legislativo pa-

ra efetivo combate à crise que há anos toma conta do país.

Na votação do projeto do deputado Paulo Paim (PT-RS), de reajuste mensal de salários, foi grande a decepção da equipe com os parlamentares do PSDB, já que todos votaram contra o Governo e a favor do reajuste. Terça-feira, a situação melhorou um pouco. Da bancada, 31 deputados do PSDB votaram pelo reajuste de 60% da inflação, ou seja, com o Governo. Outros sete foram a favor dos 100% de reajuste e seis ficaram ausentes.

Para os membros da equipe, simplesmente não dá para en-

tender a atitude dos parlamentares do PSDB e do PPR. No primeiro caso, por ser o partido de Fernando Henrique e de seus assessores; no segundo, porque a votação dos 100% contraria a filosofia do partido, que defende um mercado livre de regras, seja para preços ou salários. A interpretação é que, no caso do PPR, não se trata de aprovar os 100% para jogar para a platéia: é coisa de quem acha que não tem qualquer responsabilidade sobre o que está acontecendo.

A preocupação agora é a revisão constitucional, que deverá criar as bases para reduzir os

gastos do Governo. O que tranquiliza hoje os agentes econômicos, avaliam os técnicos do Governo, é saber que a revisão deverá deslanchar este ano. Se isso não ocorrer, por falta de entendimento entre Executivo e Legislativo, a crise vai se agravar e a inflação subirá mais ainda.

● **DESINDEXAÇÃO** — O deputado Aloizio Mercadante (PT-SP) sugeriu ontem ao ministro Fernando Henrique que o Governo convoque os representantes das centrais sindicais e, posteriormente, políticos e empresários, para discutir a desindexação progressiva da economia.